

de simulação de existência do estabelecimento ou da empresa. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso I, c/c § 1º, 1, "b do Artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, na redação do Decreto 62.740/2017. A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual se deu nos termos da Portaria CAT 95/2006. Da presente decisão, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Subcoordenador de Fiscalização, Arrecadação, Cobrança, Inteligência de Dados e Atendimento, no prazo de 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/2006. Diante da conclusão do procedimento administrativo, os documentos fiscais com emissão atribuída ao mencionado estabelecimento, cuja inscrição estadual 382.002.111.112 foi enquadrada como Nula, serão considerados Inidôneos a partir 10-09-2015, nos termos do §1º do artigo 18 da Portaria CAT 95/2006. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de recurso pelo interessado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí, à vista dos elementos constantes no Processo Sefaz 1000685-499235/2019, determinou o enquadramento como Nula, desde 29-09-2018, da inscrição estadual 472.023.279.116 atribuída à JMXIX Preparação de Massa de Concreto e Argamassa Ltda, CNPJ 17.717.876/0001-56, com endereço informado ao Fisco na Estrada Municipal do Araujo, 715, Centro, no Município de Nazare Paulista/SP, em razão de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso III do artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, na redação do Decreto 62.740/2017. A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual se deu nos termos da Portaria CAT 95/2006. Da presente decisão, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Subcoordenador de Fiscalização, Arrecadação, Cobrança, Inteligência de Dados e Atendimento, no prazo de 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/2006. Diante da conclusão do procedimento administrativo, os documentos fiscais com emissão atribuída ao mencionado estabelecimento, cuja inscrição estadual 472.023.279.116 foi enquadrada como Nula, serão considerados Inidôneos a partir 29-09-2018 nos termos do §1º do artigo 18 da Portaria CAT 95/2006. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado no Posto Fiscal de Jundiaí, localizado na Avenida Prefeito Luiz Latorre, 4200 - 2º andar - Vila das Hortências - Jundiaí-SP, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí deu início, nos autos do processo SFP-EXP-2020/252909, mediante a expedição de Ordem de Instauração, a Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da Inscrição Estadual 714.129.967.114 atribuída à Marajó Comercial Importadora Ltda, CNPJ 43.003.698/0003-73, com endereço informado à Avenida Benedito Storani, 310, Centro, Vinhedo-SP, em virtude de indícios de simulação do quadro societário da empresa, e de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. As situações descritas subsumem-se às hipóteses de que tratam os Incisos II e III, c/c § 2º, item 2, alínea "a" do Artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00 e alterações posteriores. A instauração do procedi-mento administrativo de constatação de nulidade da inscrição tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95/06. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apre- sentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, § 1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí deu início, nos autos do processo SFP-PRC-2020/03136, mediante a expedição de Ordem de Instauração, a Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da Inscrição Estadual 530.061.299.119 atribuída à Maurício Manca 01618546805, CNPJ 31.293.367/0001-74, com endereço informado à Praça Joaquim Inacio Sertório, 149, Centro, Espírito Santo do Pinhal -SP, em virtude de indícios de simulação de existência do esta- belecimento ou da empresa e de simulação do quadro societário

**Comunicado**

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Regional Tributário, que, nos termos do art. 9º, §6º, 2 da Portaria CAT 27/2015, Indeferiu o recurso apresentado no expediente SFP-EXP-2020/156971, contra a decisão do Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I – IPVA, que havia Indeferido o pedido de Isenção de IPVA protocolado sob protocolo SIVEI 160032-20200207-174021867-74 . Desta decisão não cabe mais recurso, devendo o imposto ser recolhido nos termos do item 1 do §6º da Portaria CAT 27/2015.

NOME	CPF	Nº EXPEDIENTE	SIVEI
Giuliano Moro Ermandes da Cruz	347.793.098-32	SFP-EXP-2020/156971	160032-20200207-174021867-74

#### SUBCOORDENADORIA DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

#### TRIBUNAL DE IMPOSTOS E TAXAS

#### Delegacia Tributária de Julgamento 3 - Bauru

Unidade de Julgamento de SJRP

**Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 1º-02-2021**

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SJRP que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Eunice Sergia da Silva 2574068831 71.710.374-2 BLQ-7413

Ferro Velho Sucauto Ltda. ME 5620722000162 71.077.117-4 CTQ-9464

Maria Alves de Menezes 20544912845 73.417.902-9 EKW-0978

Advogados:

Luis Felipe Grecco Zanotti OAB/SP 277.680

Unidade de Julgamento de SJRP

**Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 1º-02-2021**

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de SJRP que negou provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, deverá ser efetuado pagamento do débito com os acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julga-mento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

da empresa. As situações descritas subsumem-se às hipóteses de que tratam o Inciso I, c/c § 1º, 1, "a" e o Inciso II, c/c § 1º, 2, "c", ambos do Artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00 e alterações posteriores. A instauração do procedimento administrativo de constatação de nulidade da inscrição tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95/06. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apre- sentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí deu início, nos autos do processo SFP-PRC-2020/17566, mediante a expedi-ção de Ordem de Instauração, a Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da Inscrição Estadual 712.156.771.110 atribuída à A.C. Prisma Indústria e Comércio de Plásticos Eireli, CNPJ 32.158.449/0001-79, com endereço informado à Rodovia Adail Eduardo Gut (SP-053/332), 1110 - 3R Cond. Empres. Qd. B BL B 03, Sítio do Mursa, Varzea Paulista-SP, em virtude de indícios de simulação do quadro societário da empresa. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso II, c/c § 1º, item 2, alíneas "a", "b" e "c" do Artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00 e alterações posteriores. A instauração do procedimento administrativo de constatação de nulidade da inscrição tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95/06. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí deu início, nos autos do processo SFP-PRC-2020/12680, mediante a expedição de Ordem de Instauração, a Procedimento Admini-strativo de Constatação de Nulidade da Inscrição Estadual 530.065.684.113 atribuída à K. A. Lima Comercial, Importação, Exportação e Distribuição, CNPJ 33.979.549/0001-29, com endere-ço informado à Rodovia SP 342 - KM 204, Complemento 5 9, s/ nº, Boa Vista, Espírito Santo do Pinhal-SP, em virtude de indícios de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o Inciso III do Artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00 e alterações posteriores. A instauração do procedimento administrativo de constatação de nulidade da inscrição tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95/06. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apre- sentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí deu início, nos autos do processo SFP-PRC-2020/12683, mediante a expedição de Ordem de Instauração, a Procedimento Admini-strativo de Constatação de Nulidade da Inscrição Estadual 530.065.337.115 atribuída à C. F. da Rocha Comercial e Distri-buidora, CNPJ 33.791.722/0001-60, com endereço informado à Rodovia SP 342 - KM 204, Complemento 5 08, s/nº, Bairro Boa Vista, Espírito Santo do Pinhal-SP, em virtude de indícios de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o Inciso III do Artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/00 e alterações posteriores. A instauração do procedimento administrativo de constatação de nulidade da inscrição tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95/06. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apre- sentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**

O contribuinte, abaixo identificado, fica notificado da decisão do Delegado Regional Tributário, que, nos termos do art. 3º da Portaria CAT 54/2009, Deferiu o recurso interposto através do expediente SFP-EXP-2020/136572, Homologando o cadastramento da empresa locadora de veículos na Secretaria da Fazenda para a fruição da redução de aliquota nos termos do art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei 13.296/2008 c/c Portaria CAT 54/2009.

NOME	CNPJ	Nº PROCESSO	EXERCÍCIO
TP-Taipastur Locação de Veículos Ltda.	18.460.184/0001-38	SFP-EXP-2020/136572	2020

NOME	CNPJ	Nº PROCESSO	EXERCÍCIO
TP-Taipastur Locação de Veículos Ltda.	18.460.184/0001-38	SFP-EXP-2020/136572	2020

Os autos aguardarão o decurso do prazo no Posto Fiscal identificado na Comunicação de Lançamento.	
Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa	
Ecodiagnóstico Ltda. 821380000125	72.689.871-5 FCK-8466
Leandro Rodrigues da Silva 47722685889	72.732.647-8 FHA-OJ43
Localiza Rent a Car S/A 16670085018283	30.111.219-8 PUA-0080
Localiza Rent a Car S/A 16670085018283	30.111.222-8 OXF-4235
PJR1 Empreendimentos Imobiliários SPE Lt. 31820474000103	72.757.134-5 FJS-3751
Advogados	
Luísa Cristina Miranda Carneiro OAB/SP 362.620	
<b>Unidade de Julgamento de Araçatuba</b>	
<b>Despachos do Chefe da Unidade de Julgamento, de 1º-02-2021</b>	

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araçatuba que negou provimento ou deixou de conhecer o pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comunicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.

Dentro do prazo de 30 dias, contados da data desta publi-cação, deverá ser efetuado pagamento do débito com os acrés-imos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa nos termos do artigo 48 da Lei 13.296/08.

Da decisão cabe recurso ao Delegado Tributário de Julga-mento da Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru, uma única vez, dentro do prazo de 30 dias contados da publicação desta notificação, conforme disposto no artigo 8º do Decreto 54.714/09.

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Araçatuba.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Liberty Seguros S.A. 61550141000172 72.833.795-2 FUG-7076

Auto Escola Nova Paysandu Ltda. 00999056000100 N/ INF N/INF

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araçatuba que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comu- nicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em

razão disso, extingue-se o crédito tributário conforme disposto no artigo 156, inciso IX do Código Tributário Nacional - CTN.

Os autos serão encaminhados ao arquivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Adalberto Correa Soares 40224899600 72.673.301-5 FAS-6134

Diego Ribeiro Alisson 36314066816 72.656.070-4 EZI-1172

Fellipe Belluomini 21464623880 72.445.003-8 EJO-6G13

Osmar Gomes Ferreira 89426037853 73.045.701-1 NLU-8491

Os contribuintes, abaixo identificados, ficam notificados da decisão do Chefe da Unidade de Julgamento de Araçatuba que deu provimento ao pedido formulado através da contestação, relativamente ao lançamento do IPVA, exigido conforme comu- nicação expedida nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. Em face do valor dos créditos tributários envolvidos, foi interposto recurso de ofício com efeito suspensivo perante a D. Delegacia Tributária de Julgamento de Bauru (DTJ3), nos termos do art. 9º do Decreto Estadual 54.714/09. Caso queiram, poderão os referidos contribuintes, no prazo de 30 dias contados da data desta notificação, apresentar réplica ao recurso de ofício interposto (Decreto Estadual 54.714, art. 9º, § 1º).

Os autos aguardarão o decurso do prazo na Unidade de Julgamento de Araçatuba

Nome CPF/CNPJ Nº Controle Placa

Neusa Teresa Jayme Crivoi 34909330879 72.761.467-8 FKF-6153

Rogério Rosa Junior 2172788767 72.997.386-4 KWC-5381

Notificação a Procuradores

Michelle Toshiko Terada OAB-SP 190.473

Ana Laura Peixoto Rey Dominguez OAB-SP 431.811

## Agricultura e Abastecimento

#### GABINETE DO SECRETÁRIO

##### Resolução SAA-9, de 1-2-2021

*Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SAA 23, de 26-06-2015, que estabelece exigências para cadastramento de viveiros, jardins clonais, plantas matrizes produtoras de sementes e normas técnicas de Defesa Sanitária Vegetal para a produção, comércio e o transporte de mudas, borbulhas e sementes de seringueira (Hevea spp) no Estado de São Paulo*

O Secretário de Agricultura e Abastecimento, com funda-mento no artigo 12, alínea "b", da Lei 10.177/98, e

Considerando o Decreto Estadual 47.931/2003, que define como população vegetal de peculiar interesse do Estado as estruturas vegetais provenientes de reprodução sexuada ou assexuada, que tenham como finalidade a multiplicação dos vegetais dos grupos que especifica e dá providências correlatas;

Considerando o Decreto Estadual 54.691/2009, que define como população vegetal de peculiar interesse do Estado a cultu- ra da seringueira e dá providências correlatas;

Considerando a IN MAPA 26, de 04-06-2018, que esta- belece as Normas de Produção e Comercialização de Material de Propagação de Seringueira (Hevea spp.) e seus padrões de identidade e de qualidade, com validade em todo o território nacional, resolve:

Artigo 1º - Os dispositivos da Resolução SAA 23, de 26-06-2015, passam a vigorar com a redação que segue:

I - alteram-se os itens 1, 4, 18 do artigo 2º:

"1) Área de Produção de Sementes: área natural de coleta, quando se tratar de seringaís nativos, ou área alterada de coleta, quando se tratar se seringaís plantados, destinada ao forneci- mento de sementes para a produção de porta-enxerto; (NR) "

"4) Certificado Fitossanitário de Mudás / CFM: documento emitido pela CDA, que certifica que, as mudas constantes do cer- tificado, foram produzidas atendendo todas as exigências esta- belecidas nesta norma e que tiveram sua sanidade comprovada por meio de vistoria, fiscalização e exames laboratoriais; (NR) "

"18) Responsável Técnico: Engenheiro Agrônomo ou Enge- nheiro Florestal, registrado no respectivo Conselho Regional Profissional, que se responsabiliza pela produção e sanidade do material propagativo no caso de sementes e borbulhas, e também habilitado na CDA para emissão de CFO no caso de mudas;(NR) "

II - altera a alínea "f", do artigo 5º:

"f) As plantas fornecedoras de material de propagação do jardim clonal instalado antes da publicação desta resolução devem ser eliminadas até 28-02-2022. (NR) "

III - dá novas redações aos artigos 17, 18 e 26:

"Artigo 17 - Para o trânsito, comércio e uso, os materiais de propagação de seringueira deverão estar obrigatoriamente acompanhados de:

a) Permissão de Trânsito Vegetal no caso de mudas; b) Nota fiscal indicando origem e destino no caso de borbulhas;

c) Nota fiscal indicando origem e destino, e termo de con- formidade no caso de sementes. (NR) "

"Artigo 18 - Para efeito de controle da fiscalização deverá ser mantido no viveiro, no jardim clonal e na área de produ- ção de semente, um livro com registro de comercialização das mudas, das borbulhas e das sementes, indicando a data, quantidade, clone, número da nota fiscal, nome e endereço do comprador.

Parágrafo único - No caso das mudas também deve ser registrado o número do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e da Permissão de Trânsito Vegetal - PTV. (NR) "

"Artigo 26 - Os jardins clonais instalados antes da publica- ção desta resolução terão até 30-09-2022 para se cadastrarem na Coordenadoria de Defesa Agropecuária.(NR) "

Artigo 2º - A Resolução SAA 23, de 26-06-2015, deverá ser revista integralmente pela Cordenadoria de Defesa Agropecuá- ria sob o aspecto das diretrizes das boas práticas regulatórias, nos termos da Resolução SAA 7, de 27-01-2021.

§1º - Concluído o procedimento de que trata o caput do artigo 2º, a minuta do ato normativo deverá ser objeto de Consulta Pública.

§ 2º - O edital da Consulta Pública deverá ser publicado no prazo máximo de 7 dias a partir da publicação desta Resolução.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, espe- cialmente artigo 21 da Resolução SAA 23, de 26-06-2015 e a Resolução SAA 18, de 03-04-2018. (SAA-PRC/2021/01182)

## Educação

#### GABINETE DO SECRETÁRIO

##### Despacho do Secretário, de 29-1-2021

Interessado: Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos - IETECH

Assunto: Recurso Administrativo

Número de referência: SEDUC-PRC-2020/42657

À vista dos elementos que instruem o processo, em espe- cial a Informação da Coordenadoria Pedagógica, fls. 293/295, bem como os termos do Parecer C/SE 24/2021, da Consultoria Jurídica da Pasta (fls. 299/304), não conheço do recurso inter- posto pela entidade Instituto de Educação e Tecnologia de São Carlos - IETECH, contra a decisão que determinou a cassação da autorização de funcionamento, por ser intempestivo, mantendo-se na íntegra os termos da Portaria de 13-05-2020, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 14-05-2020, fl. 289.

##### Despacho do Secretário, de 1-2-2021

Interessado: Diretoria de Ensino Região de Fernandópolis
Assunto: Solicita autorização para abertura de procedimen- to sancionatório.

Número de referência: SEDUC-PRC-2020/36323

Trata-se de recurso interposto pela empresa Bruno Verdini Jaú - ME, CNPJ 10.720.505/0001-84, em razão de decisão da Chefia de Gabinete fls. 362/363, que lhe aplicou sanção de impe- dimento de licitar ou contratar com a Administração Pública pelo período de 01 ano, com fulcro no artigo 7º da Lei Federal 10.520, de 17-07-2002, por ter agido de modo inidôneo, fraudando mediante conluio, o caráter competitivo do Pregão Eletrônico 001/2019, realizado por meio da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), Processo SEE/1785207/2018, objetivando a prestação de serviços contínuos de transporte escolar para alunos com ou sem deficiência do ensino fundamental e médio, regularmente matriculados nas unidades escolares circunscritas à Diretoria de Ensino Região de Fernandópolis.

Inconformada com a aplicação da penalidade, a interessada interpôs recurso contra a decisão da Autoridade Competente, juntado às 369/394, o qual foi examinado pela Diretoria de Ensino Região de Fernandópolis, às fls. 395/396, que opinou pelo conhecimento do recurso, posto que tempestivo, e, no mérito, pelo seu improvimento, com a manutenção da pena aplicada.

Encaminhados os autos à douta Consultoria Jurídica da Pasta, que, por sua vez, emitiu o Parecer C/SE 53/2021, fls. 400/411, manifestando-se no sentido de que "havendo a existên- cia de provas suficientes da prática de atos atentatórios ao certame, que evidenciam que a ação dolosa orquestrada das empresas envolvidas, com manipulação indevida do certame e propósitos de vantagens combinadas, restou configurado o pressuposto da sanção administrativa aplicada".

À vista dos elementos que instruem este procedimento sancionatório, Conheço o recurso interposto por Bruno Verdini Jaú - ME, CNPJ 10.720.505/0001-84, por ser tempestivo, e no mérito mantenho a decisão exarada às fls. 362/363, que aplicou sanção de impedimento de licitar ou contratar com a Adminis- tração Pública pelo período de 01 ano.

##### CHEFIA DE GABINETE

##### Despacho da Chefe de Gabinete, de 29-1-2021

Interessado: Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares

Assunto: Procedimento Sancionatório em Face da Coope- rativa Coagrosol

Número de referência: SEDUC-PRC-2020/34925

Considerando o relatório apresentado pelo servidor desig- nado pela Administração para os trabalhos de apuração, enca- minhado pela Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escol- ares - CISE (fls. 1381/1382), nos termos do artigo 1º, § 1º, do Decreto 48.999, de 29-09-2004, conforme Resolução SE-10, de 09-02-2009, respeitados os princípios da ampla defesa e do con- traditório, Aplico à Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis (Coagrosol), CNPJ 03.754.929/0001-02, a sanção de impedimento de licitar ou contratar com a Administração Públi- ca pelo período de 02 anos, com fulcro no Inciso III, do artigo 87 da Lei 8666/93, por conduta consubstanciada Inciso II, do artigo 88 da Lei 8666/93, e no subitem 3.2, alínea "g" da Resolução CC-52 de 19-7-2005, em razão dos fatos ocorridos na Chamada Pública 002/FNDE/2014, Processo 111/4444/2014 realizado por meio da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), visando a aquisição de suco de laranja integral, em embalagens de 200 ml e 1 L para merenda escolar, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural Familiar, para atender os alunos matriculados na rede estadual de educação de São Paulo. Fica aberto à interessada o prazo de 5 dias úteis, a partir da intimação deste ato, para querendo, apresentar recurso nos termos do artigo 109, inciso I, c/c o artigo 79, inciso I da Lei Federal 8.666/93, garantindo-lhe o direito à ampla defesa e ao contraditório.

#### COORDENADORIA PEDAGÓGICA

<b>Extrato de Ordem de Fornecimento</b>
Processo: Seduc-PRC-2020/51999
Contrato: Ata de Registro de Preços 36/00519/19/05
Modalidade: Pregão Eletrônico de Preços 36/00519/19/05
Contratada: GM Quality Comércio Ltda
CNPJ: 06.265.064/0001-09
Parecer CJ: FDE-CAP-2019/04305
Objeto: Aquisição de livros literários destinados aos estu- dantes em privação de liberdade
Programa de Trabalho: 12.368.0800.6168.0000
Elemento: 339030
Fonte: 005003002
Valor: R\$ 798.547,20 - Prazo 60 dias.
Data da Assinatura 23-11-2020.
<b>Extrato de Ordem de Fornecimento</b>
Processo: Seduc-PRC-2020/59337
Contrato: Ata de Registro de Preços 36/00519/19/05
Modalidade: Pregão Eletrônico de Preços 36/00519/19/05
Contratada: GM Quality Comércio Ltda
CNPJ: 06.265.064/0001-09
Parecer CJ: FDE-CAP-2019/04305
Objeto: Aquisição de acervo literário para as escolas estaduais
Programa de Trabalho: 12.368.0800.6168.0000
Elemento: 339030
Fonte: 005003002, 005003457 e 001002007
Valor: R\$ 9.404.490,58 - Prazo 60 dias.
Data da Assinatura 29-12-2020.

### COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES

##### Portaria CISE-4, de 4-1-2021

O Coordenador da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares, com fundamento no artigo 57